



**XXXIX CONCURSO PARA INGRESSO NA CLASSE INICIAL  
DA CARREIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO RIO DE JANEIRO**

**PROVA ESCRITA ESPECIALIZADA DE DIREITO PENAL, DIREITO PROCESSUAL  
PENAL E LEGISLAÇÃO PENAL EXTRAORDINÁRIA**

**001. CADERNO DE QUESTÕES**

**(QUESTÕES DISCURSIVAS)**

**PROMOTOR DE JUSTIÇA SUBSTITUTO**

**ORIENTAÇÕES GERAIS**

- Responda de forma clara, objetiva e fundamentada, utilizando argumentos jurídicos e referências à legislação vigente.
- Procure estruturar sua resposta em introdução, desenvolvimento e conclusão.
- Evite respostas meramente expositivas; privilegie a análise crítica e a aplicação prática dos conceitos.

CONFIDENCIAL ATÉ O MOMENTO DA APLICAÇÃO.

## QUESTÃO 01 – DIREITO PENAL

---

Alberto aluga um automóvel de Bernardo, com o escopo de trabalhar como motorista de aplicativo e reforçar a sua renda, pois está devendo muito dinheiro para Caio, o qual goza da reputação de ser pessoa extremamente violenta. Ocorre que Alberto é demitido de seu emprego, de modo que, mesmo trabalhando como motorista autônomo, os seus rendimentos caem, o que impossibilita que ele pague a dívida contraída com Caio.

Vencida a dívida, Caio procura Alberto, cobrando-lhe o pagamento, e, como ele lhe diz que não tem como pagar, Caio pede que lhe entregue o veículo como forma de quitação. Alberto, então, informa que o automóvel não lhe pertence, tratando-se de bem alugado, mas Caio lhe diz que isso não tem importância, pois conhece um desmanche de automóveis aonde pretende levar o veículo, reiterando a solicitação de entrega do bem. Alberto, então, entrega o carro a Caio.

Para ocultar o que fizera, Alberto comparece à Delegacia de Polícia, onde conta que o automóvel foi roubado por um homem mascarado. De posse do registro de ocorrência do roubo, Alberto comunica o fato a Bernardo, o qual aciona o seguro do veículo, requerendo o pagamento da indenização contratual. Com o avançar das investigações, porém, resta apurado que o roubo nunca existiu, de modo que a indenização não é paga a Bernardo.

Diante do caso narrado, qual a adequação típica dos fatos, com todas as suas circunstâncias, em relação às condutas de Alberto, Bernardo e Caio?

RESPOSTA OBJETIVAMENTE JUSTIFICADA (Valor: 50 pontos)

## QUESTÃO 02 – DIREITO PENAL

---

Berenice, preocupada com a saúde mental de sua filha Ana, de 13 (treze) anos de idade, contrata Carlos, renomado psicólogo, o qual inicia sessões semanais de terapia com a adolescente, em seu consultório. Ao longo das sessões, Carlos começa a indagar Ana sobre a sua sexualidade e, em determinado momento, sob a alegação de melhor analisar a paciente, instiga-a a se despir, tocar nas suas partes íntimas e fazer movimentos de cunho pornográfico, enquanto, excitado, observa a paciente.

Após inúmeras sessões, realizadas ao longo de 6 (seis) meses, onde tal prática se intensificou, Ana resolve contar o ocorrido à mãe, que entra em contato com Carlos, via aplicativo de conversa por vídeo, com o intuito de cobrar-lhe satisfações. Ao ser confrontado, Carlos não nega o ocorrido e exige que Berenice também fique nua, toque em suas partes íntimas e faça poses pornográficas, enquanto ele a observa pela tela do computador, sob pena de divulgar, na internet, imagens que, embora efetivamente não as possuía, afirma ter gravado de Ana, despida. Berenice, sem atender à exigência de Carlos, encerra a conversa e procura a polícia.

Diante do caso narrado, qual a adequação típica dos fatos, com todas as suas circunstâncias?

RESPOSTA OBJETIVAMENTE JUSTIFICADA (Valor: 50 pontos)

### QUESTÃO 03 – DIREITO PROCESSUAL PENAL

---

Em procedimento de investigação criminal instaurado pelo Ministério Público, destinado à apuração da prática de crime de domínio social estruturado, identificou-se a existência de uma complexa estrutura de ocultação patrimonial com o objetivo de assegurar a permanência e o fortalecimento da organização criminosa. As diligências revelaram que Pablo, apontado como líder da organização, possuía um patrimônio estimado em R\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais), composto de imóveis urbanos e rurais, participações societárias, ativos financeiros, embarcações, aeronaves e criptoativos, distribuídos em nome de familiares, empresas de fachada e pessoas interpostas.

As medidas investigativas regularmente autorizadas judicialmente evidenciaram a manifesta incompatibilidade entre o patrimônio identificado de Pablo e as fontes lícitas de renda do investigado, bem como fortes indícios de que os ativos provinham diretamente das atividades ilícitas desenvolvidas pela organização criminosa por ele liderada.

O Ministério Público ofereceu denúncia em face de Pablo e dos demais integrantes da organização criminosa e requereu conjuntamente a aplicação da medida de perdimento extraordinário dos bens de Pablo, caracterizados como de origem ilícita, pleiteando a perda definitiva do referido patrimônio, independentemente de condenação.

O Juiz recebeu a denúncia e, antes de decidir acerca do requerimento de perda de bens, abriu vistas à defesa técnica de Pablo, a qual alegou que o pleito ministerial constitui verdadeira antecipação dos efeitos da condenação penal, incompatível com o sistema constitucional brasileiro por afastar a exigência de formação da culpa e permitir a restrição definitiva ao direito de propriedade sem prévio juízo condenatório.

Analise a correção da medida requerida pelo Ministério Público, a partir de seus possíveis pressupostos, natureza jurídica, distinção em relação às espécies de perdimento e compatibilidade com a Constituição da República e os atos normativos internacionais, à luz dos princípios estruturantes do processo penal e da tutela constitucional do patrimônio.

RESPOSTA OBJETIVAMENTE JUSTIFICADA. (Valor: 50 pontos)

## QUESTÃO 04 – DIREITO PROCESSUAL PENAL

---

Perséfone foi vítima de importunação sexual por meio digital, tendo recebido, via aplicativo, diversas imagens com conteúdo sexual. Iniciada a investigação, a autoridade policial verificou que o terminal remetente das mensagens também era usado em rede de trocas de arquivos ponto a ponto (P2P) na internet. O acesso a tal ambiente virtual público permitiu visualizar os endereços de *internet protocol* (IP) utilizados pelo investigado. A autoridade policial, mediante requisição, obteve junto ao provedor de internet os dados cadastrais do usuário do IP.

Após o ajuizamento de medida cautelar, foi expedida ordem judicial de afastamento de sigilo de dados, dirigida ao provedor de aplicação de mensageria e ao provedor de conexão usado pelo investigado, abrangendo dados referentes a portas lógicas. O provedor de internet é sediado no Brasil; já o provedor de aplicação, embora sediado no exterior, tem ampla atuação direcionada ao público brasileiro. As ordens foram remetidas diretamente aos provedores e as respostas permitiram identificar Enéas como sendo o remetente das mensagens para Perséfone.

Oferecida denúncia, a defesa do acusado alegou:

- a) incompetência da Justiça Estadual para julgar crimes praticados pela internet;
- b) nulidade da obtenção dos dados de IP usados pelo acusado na rede P2P sem prévia ordem judicial, pois tal diligência configuraria infiltração policial;
- c) nulidade da obtenção de dados cadastrais a partir de dados de IP, e não do nome do investigado, o que configuraria busca reversa;
- d) nulidade por violação do Marco Civil da Internet, pois a porta lógica não está incluída nos dados de registro de conexão;
- e) nulidade em razão da não observância dos trâmites de cooperação internacional, como a indispensável expedição de carta rogatória.

Analise, como Promotor de Justiça, as alegações do denunciado.

RESPOSTA OBJETIVAMENTE JUSTIFICADA. (Valor: 50 pontos)

## QUESTÃO 05 – LEGISLAÇÃO PENAL EXTRAVAGANTE

---

Carlos e André, ambos com 18 (dezoito) anos de idade, estão presos preventivamente por suposta prática do crime de tráfico de drogas no interior de estabelecimento prisional. Consta dos autos que, nos anos anteriores, eles foram submetidos a medidas socioeducativas, em mais de uma oportunidade, pela prática de atos infracionais análogos ao tráfico ilícito de entorpecentes. No caso de André, a última medida teria sido extinta há cerca de 6 (seis) meses, enquanto, em relação a Carlos, a extinção ocorrera há aproximadamente 3 (três) anos antes da prisão em flagrante.

Carlos mantém relacionamento estável com Ana, sua companheira, que o visita com regularidade no estabelecimento prisional.

Aproveitando-se dessa circunstância, André propõe a Carlos que interceda junto à Ana para que ela leve 5 (cinco) kg de maconha ao interior da unidade prisional. Como forma de convencimento, André informa que parte da droga poderia ser destinada ao consumo pessoal de Carlos, enquanto o restante seria comercializado apenas por André entre os internos.

Segundo o plano ajustado, um terceiro indivíduo, de nome Márcio, ficaria responsável por fornecer apenas os recursos financeiros necessários à aquisição da substância entorpecente. Caberia à Ana, após convencida por Carlos, adquirir os 5 (cinco) kg de maconha e introduzi-los gradativamente no presídio, fracionando a substância em pequenas porções de cerca de 40 (quarenta) g, a serem levadas em sucessivas visitas.

Após insistência de Carlos, Ana anui ao plano e efetivamente adquire a quantidade de entorpecente acordada com o dinheiro fornecido por Márcio, passando a introduzir, a cada visita, porções da droga nas dependências da unidade prisional.

Todavia, em uma das suas visitas, antes de ingressar no estabelecimento prisional, Ana é surpreendida por agentes penitenciários durante procedimento de revista, sendo encontrada em sua posse uma porção de 40 (quarenta) g de maconha. Questionada, Ana confessa a dinâmica delitiva, relata a participação de Carlos, André e Márcio, e indica, inclusive, o local onde estava armazenado o restante da droga, bem como os elementos que possibilitaram a identificação e localização de Márcio.

Analise juridicamente os pontos relevantes das condutas de cada um dos agentes (Carlos, André, Ana e Márcio), indicando eventuais divergências doutrinárias e jurisprudenciais relevantes com o devido posicionamento do candidato.

RESPOSTA OBJETIVAMENTE JUSTIFICADA. (Valor: 50 pontos)

## QUESTÃO 06 – LEGISLAÇÃO PENAL EXTRAVAGANTE

---

Carlos foi flagrado pela Polícia Militar comercializando ingressos para a partida de futebol entre Botafogo e Vasco, em valor superior ao estipulado no bilhete.

O Promotor de Justiça com atribuição oferece denúncia e rejeita, justificadamente, o Acordo de Não Persecução Penal (ANPP), em decorrência da reincidência específica do agente.

Carlos requer ao Juízo de Direito competente a rejeição da inicial acusatória, sob o argumento de que os ingressos não teriam se esgotado na bilheteria oficial, já que teria sido comercializado pelos organizadores, até a sua prisão em flagrante, menos de um terço dos bilhetes disponíveis para o jogo. Alegou, ainda, que nenhum torcedor comprou ingresso que possuía, sendo sua conduta, portanto, atípica.

Com base na situação hipotética, na legislação vigente e na jurisprudência dos tribunais superiores, responda aos seguintes itens fundamentadamente:

- a) Analise a conduta de Carlos, considerando os elementos fáticos descritos, indicando se houve a prática de infração penal e a tipificação, em caso positivo;
- b) Procedem as alegações de Carlos formuladas perante o Juízo de Direito?
- c) Caso os ingressos oferecidos por Carlos tivessem como objeto setor específico do estádio que tivesse se esgotado na bilheteria oficial, haveria alguma repercussão jurídica na conduta do agente?
- d) Haveria alguma repercussão na seara criminal se o evento esportivo fosse cancelado por questões meteorológicas? E se o jogo fosse cancelado por intervenção da Defesa Civil, em razão de o estádio não estar de acordo com as formalidades exigidas?

RESPOSTA OBJETIVAMENTE JUSTIFICADA. (Valor: 50 pontos)